G20, G7 e OCDE

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

Ritmo cadenciado do G20 abre espaço para liderança espacial indiana e cobranças globais na saúde

El ritmo cadencioso del G20 abre espacio para el liderazgo espacial de la India y las exigencias globales en materia de salud

G20's steady pace paves the way for Indian leadership in space and global calls for action on health

Resumo. O informe acompanha o avanço da Parceria de Dados Abertos de Satélite sob a liderança da Índia. Adicionalmente, o texto analisa os reflexos da Cúpula do G7 no bloco por meio da carta conjunta de Lula e da OMS em prol do Acordo sobre Pandemias, acompanhada de uma crítica à ausência de um grupo de trabalho dedicado à saúde na atual gestão norte-americana.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; OCDE.

***Resumen**. El informe sigue los avances de la Alianza del G20 para los Datos Satelitales Abiertos, liderada por la India. Además, el texto analiza el impacto de la Cumbre del G7 en el bloque a través de la carta conjunta de Lula y la OMS en apoyo del Acuerdo sobre la Pandemia, acompañada de una crítica a la ausencia de un grupo de trabajo sobre salud en la Administración actual de los Estados Unidos.*

***Palabras clave:** G20; EE. UU.; G7; OECD.*

***Abstract.** The report tracks the progress of the G20 Open Satellite Data Partnership led by India. In addition, the text analyzes the impact of the G7 Summit on the bloc through the joint letter from Lula and the WHO in support of the Pandemic Agreement, accompanied by a critique of the absence of a health working group in the current U.S. administration.*

***Keywords:** G20; USA; G7; OECD.*

A paralisia que caracteriza a gestão do G20 neste ano foi ligeiramente rompida com o lançamento de uma nova diretriz para lidar com o endividamento global. Sob a presidência norte-americana do bloco, os membros do G20 e do Clube de Paris publicaram um Memorando de Entendimento ilustrativo sobre o assunto, o que constitui uma das poucas entregas tangíveis obtidas no atual ciclo. O objetivo central da iniciativa é demonstrar, de forma clara, os contornos e as condições básicas aplicáveis aos acordos oficiais de renegociação de dívida soberana entre

um país devedor e seus credores oficiais. O documento funciona, de forma prática, como um esqueleto para guiar negociações, promovendo maior transparência no processo e aprimorando a velocidade e a clareza das reestruturações. As autoridades econômicas apontam que essa previsibilidade não apenas melhora o monitoramento da evolução dos processos e ajuda a mitigar vulnerabilidades financeiras, mas também facilita ações coordenadas para assegurar resoluções consideravelmente mais rápidas.

Após os desdobramentos da última quinzena focados nos mecanismos de negociação de dívida soberana, o ritmo de trabalho do G20 voltou a ser reduzido. Nesse cenário de poucas atualizações, a atenção se voltou para os desdobramentos da chamada Parceria de Dados Abertos de Satélite do G20 (G20 Open Satellite Data Partnership), uma iniciativa proposta pelo Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, durante a Cúpula de Joanesburgo em novembro de 2025. O principal objetivo dessa parceria é fornecer aos países em desenvolvimento acesso gratuito a dados geoespaciais, ajudando a reduzir a desigualdade atual de acesso entre as nações mais ricas e os países em desenvolvimento. Esses dados são cruciais para que os países do Sul Global possam responder a crises de forma mais eficaz, gerenciando a escassez de recursos, lidando com eventos climáticos extremos e promovendo o planejamento urbano e agrícola. Como as nações mais ricas já possuem essas capacidades, a abertura dos dados geoespaciais e de alertas precoces beneficiará diretamente os países em desenvolvimento, como a região de Assam, na Índia, fornecendo avisos prévios quando as monções ameaçam inundar as vilas, e as nações da África Subsaariana, ajudando os agricultores a tomar decisões mais inteligentes para evitar ou mitigar perdas nas colheitas, por exemplo.

Como parte prática desse esforço para criar uma estrutura unificada entre as agências espaciais do G20, refletindo a visão indiana de “Uma Terra, Uma Família, Um Futuro”, o presidente da Organização Indiana de Pesquisa Espacial (ISRO, na sigla em inglês), Dr. V. Narayanan, anunciou que um satélite específico do G20 está previsto para ser lançado no próximo ano, em 2027. A Índia assumirá o papel de liderança nesse lançamento, e o satélite será projetado com o propósito geral de estudar o clima, monitorar as condições meteorológicas e analisar a poluição do ar. É válido pontuar que tal iniciativa, que viabiliza ações globais, vem acompanhada de um esforço interno do país para reformar o seu setor aeroespacial, distanciando-se do modelo antigo, focado apenas em esforços estatais. O novo complexo atua em sinergia, no qual o governo fornece a visão e a regulamentação, as empresas privadas impulsionam a inovação e o ganho de escala, e as universidades contribuem com pesquisas. Para que essa abertura de dados alcance seu pleno potencial, o país tem focado em estabelecer padrões robustos de interoperabilidade, construir infraestruturas globais, conceder isenções fiscais às empresas do setor e promover programas de transferência de tecnologia.

Atualmente, o país conta com mais de trezentas startups espaciais, e há um compromisso de expandir a economia espacial do país para 44 bilhões de dólares nos próximos anos, um engajamento do setor privado indispensável para cumprir a meta de implantar 119 satélites de observação, navegação e comunicação. Além disso, a organização trabalha para executar uma missão lunar tripulada até 2040, marco projetado para equiparar o país às potências globais em tecnologia de lançadores e de voos tripulados. Paralelamente, essa expertise em engenharia também tem sido aplicada nas profundezas oceânicas por meio do projeto Samudrayaan, que integra a Missão no Oceano Profundo do governo indiano. Para essa iniciativa de exploração submarina, a agência assumiu o desenvolvimento técnico e a fabricação de um recipiente de titânio projetado para suportar pressões extremas, demonstrando a versatilidade de sua base industrial tanto no espaço quanto no fundo do mar.

Em continuidade, outras atualizações do bloco ocorreram em torno dos desdobramentos da Cúpula do G7. Nesse contexto, destaca-se a publicação de uma carta aberta assinada em conjunto pelo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus. O documento, endereçado diretamente aos líderes do G20, G7 e BRICS, atua como uma cobrança direta à liderança e influência dos chefes de Estado para a finalização do Acordo sobre Pandemias da OMS. O foco central do apelo reside na conclusão do último componente pendente do tratado: o anexo de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios, conhecido pela sigla PABS. Os líderes alertam que, até que essa última peça regulatória seja concluída, o acordo não poderá entrar em vigor e a promessa de segurança sanitária global continuará não cumprida.

A articulação com o G20 é enfatizada ao citarem uma conquista recente do próprio bloco como argumento central, lembrando que, sob a presidência brasileira em 2024, o grupo reconheceu, de forma inédita, que a desigualdade é um fator impulsionador de pandemias, um determinante social da saúde, justificando, assim, a necessidade de um sistema global pautado na equidade. Esse avanço histórico, contudo, contrasta com a atual organização do fórum, visto que a presidência norte-americana do G20 neste ano optou por não estruturar um Grupo de Trabalho dedicado exclusivamente à pasta. Ainda que não mencionada diretamente no documento, essa lacuna institucional deve ser criticada abertamente pelos representantes políticos, pois representa um retrocesso evidente, especialmente diante da gravidade de novas pandemias e da necessidade imperativa de tratar a saúde como um tema transversal e prioritário nas discussões das maiores economias mundiais, algo que vinha sendo desenvolvido gradualmente nas últimas presidências do bloco.

Em síntese, para fundamentar a necessidade de intervenção imediata, a carta relembra os impactos trágicos da pandemia de COVID-19, que custou a vida de até 20 milhões de pessoas e gerou um prejuízo superior a 13 trilhões de dólares à economia mundial. Sob essa perspectiva, o sistema PABS é descrito como a ferramenta essencial para evitar a repetição desse cenário, visto que projeta uma estrutura para a identificação rápida de patógenos perigosos e o compartilhamento igualitário de suas informações genéticas, viabilizando o desenvolvimento tempestivo de testes, tratamentos e vacinas. Como as negociações técnicas foram pausadas em maio por falta de consenso sobre a divisão desses benefícios, uma nova e decisiva rodada de reuniões foi agendada para o período de 6 a 17 de julho. Diante disso, a carta formula três apelos centrais, iniciando com a exigência de vontade política no mais alto nível, demandando que os governantes instruam suas equipes a buscarem o consenso com coragem e a tratarem o dia 17 de julho como um prazo definitivo e inflexível, superando obstáculos que não são meramente técnicos. Paralelamente, os autores buscam afastar temores de interferência na soberania ao reforçar que o Artigo 22 do texto assegura expressamente que a OMS não terá autoridade para alterar leis nacionais nem impor medidas como lockdowns e restrições de viagem.

Já o segundo pedido concentra-se no espírito de equidade, estabelecendo que os países que compartilham informações biológicas cruciais devem confiar que também terão acesso aos tratamentos desenvolvidos. A carta defende que o tratado substituirá a atual improvisação em momentos de crise por regras estáveis e seguras, sob a premissa de que combater um surto em sua origem é financeira e humanamente mais barato do que enfrentar uma pandemia generalizada. Por fim, o terceiro apelo clama por um estrito senso de urgência, amparado em estimativas científicas que apontam para uma probabilidade de cerca de 25% de uma nova pandemia na próxima década, impulsionada por fatores como as mudanças climáticas, o uso da terra e os riscos associados à biotecnologia. O texto adverte que o preço da falta de preparo já

se manifesta nos surtos atuais de Ebola e encerra com uma convocação para que os governantes honrem a memória das vítimas e transformem a conclusão desse anexo em um marco definitivo, ao lado de conquistas históricas como a erradicação da varíola e o combate à poliomielite.

Referências

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Open letter to leaders of G7, G20, BRICS and all nations on finalizing the WHO Pandemic Agreement's Pathogen Access and Benefit-Sharing Annex. Genebra: WHO, 15 de junho de 2026. Disponível em: https://www.who.int/news/item/15-06-2026-open-letter-to-leaders-of-g7-g20-brics-and-all-nations-on-finalizing-the-who-pandemic-agreement-s-pathogen-access-and-benefit-sharing-annex.

INDIA TODAY. G20 Open Satellite Data Partnership: Modi, India, Global South, Earth Observation, ISRO. Índia: India Today, 6 de dezembro de 2025. Disponível em: https://www.indiatoday.in/science/story/g20-open-satellite-data-partnership-modi-india-global-south-earth-observation-isro-2831783-2025-12-06.

NEWS ON AIR. G20 satellite is expected to be launched in 2027: ISRO Chairman. Índia: Prasar Bharati, 2025. Disponível em: https://newsonair.gov.in/g20-satellite-is-expected-to-be-launched-in-2027-isro-chairman/.

Évian sob medida: o G7 que coube a Trump

Évian a medida: el G7 que le quedó bien a Trump

Évian to measure: the G7 that fit Trump

Resumo. A Cúpula do G7 de Évian (15 a 17 de junho de 2026) produziu nove declarações, ou chamadas, de líderes, moldadas para acomodar a presença de Trump, com avanços sobre Ucrânia e Irã e poucos compromissos vinculantes. O Brasil participou como país parceiro, endossando apenas três das oito declarações abertas a convidados.

Palavras-chave: G7; Cúpula de Évian; Brasil.

Resumen. *La Cumbre del G7 de Évian (15 a 17 de junio de 2026) produjo nueve declaraciones de líderes, moldeadas para mantener el compromiso de Trump, con avances sobre Ucrania e Irán y pocos compromisos vinculantes. Brasil participó como país socio, respaldando solo tres de las ocho declaraciones abiertas a invitados.*

Palabras clave: *G7; La Cumbre de Évian; Brasil.*

Abstract. *The Évian G7 Summit (June 15–17, 2026) produced nine leaders' declarations, shaped to keep Trump engaged, with progress on Ukraine and Iran and few binding commitments. Brazil took part as a partner country, endorsing only three of the eight declarations.*

Keywords: *G7; Évian Summit; Brazil.*

O grande destaque da quinzena foi a realização da Cúpula do G7, que ocorreu entre os dias 15 e 17 de junho em Évian-les-Bains, sob a presidência francesa. A estratégia de bajulação

francesa relatada no informe anterior parece ter surtido efeito ao menos no aspecto menos previsível: Trump permaneceu engajado ao longo dos três dias. Em relação ao pomposo jantar em Versalhes, Trump expressou entusiasmo dizendo que o palácio tinha “muito ouro, eu quero ver isso de perto” (LE MONDE, 2026). Apesar das baixas expectativas, a presidência francesa anunciou, ao final do encontro, a adoção de nove declarações de líderes, em formatos separados. Segundo o balanço oficial, a presidência francesa buscou apresentar Évian como uma cúpula “de convergência”, tanto pelo método, com a participação ampliada de países parceiros (Brasil, Índia, Quênia, Coreia do Sul e Egito), quanto pelos resultados, descritos como uma resposta unida a múltiplas crises simultâneas (ÉLYSÉE, 2026). Os países convidados participaram de pelo menos metade das sessões, endossando explicitamente algumas das declarações.



Fonte: G7.

Os temas tratados nas nove declarações dividiram-se, grosso modo, em dois blocos. O primeiro reúne as grandes crises do momento: Ucrânia, Oriente Médio e Líbano. O encontro concentrou-se intensamente em um acordo de Trump para encerrar a guerra com o Irã e nos esforços para pressionar a Rússia a negociar a paz com a Ucrânia por meio de sanções reforçadas. No que tange à Ucrânia, na presença do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, os líderes do G7 demonstraram sua unidade com a estratégia de apoio à Ucrânia. Eles reafirmaram seu compromisso com a liberdade, a soberania e a integridade territorial do país. Concordaram em aumentar o apoio militar à defesa da Ucrânia (incluindo capacidades de defesa aérea, sistemas adicionais e interceptadores, e capacidades de longo alcance), em apoiar a resiliência energética ucraniana e em aumentar a pressão sobre o esforço de guerra da Rússia, principalmente por meio de sanções, inclusive sobre o petróleo e o gás russos (ÉLYSÉE, 2026). Ter Trump como signatário dessa declaração foi um dos maiores sucessos de Macron na cúpula.

Considera-se um avanço no tema, em contraste com a reunião do ano passado, quando Trump saiu antes do fim. “Foi um trabalho difícil, mas valeu a pena”, disse o chanceler alemão Friedrich Merz, descrevendo a declaração como um “sucesso”. O presidente francês Emmanuel Macron saudou uma “mudança muito profunda na abordagem americana” em relação à Ucrânia, afirmando que Trump havia compreendido que Putin não tinha interesse na paz. A primeira-ministra italiana Giorgia Meloni disse que, em relação à Ucrânia, havia “muita convergência, o que nem sempre é óbvio”, e que não houve “atrito ou divergência”. Ao longo da cúpula, Trump teria adotado um tom mais duro contra Moscou, afirmando que a Rússia

precisava buscar um acordo, e demonstrou impaciência com o número de baixas em ambos os lados (LE MONDE, 2026).

No que se refere ao Líbano, os líderes pediram um cessar-fogo forte e imediato e apoiaram os esforços das autoridades libanesas para alcançar o desarmamento do Hezbollah e garantir o monopólio do Estado sobre as armas. A integridade territorial e a soberania do país são fundamentais, de acordo com o G7.

Já no que tange ao conflito entre EUA, Israel e Irã houve o consenso de uma necessidade de reabertura imediata e incondicional do Estreito de Ormuz. As negociações deram ênfase em dar resposta às questões relacionadas às ameaças nuclear e balística do Irã e às suas atividades de desestabilização regional. Isso resultou na assinatura, por Trump, de um memorando de entendimento destinado a encerrar o conflito de meses com Teerã. A assinatura se deu durante o jantar em Versalhes, na suntuosa Galeria Baixa do palácio, após um tour privado para Trump que incluiu a Galeria dos Espelhos, uma galeria dedicada à Guerra de Independência americana e um concerto na Capela Real. O jantar contou com cerca de 30 convidados, incluindo o chefe do conglomerado de luxo LVMH, Bernard Arnault, e o CEO da TotalEnergies, Patrick Pouyanné, e teve a duração de três horas. O presidente americano deixou claro quem ele acreditava estar no comando ao chegar para o terceiro e último dia: “Eu sou o chefe”, disse Trump antes de se sentar (LE MONDE, 2026).

O memorando de entendimento é composto por 14 pontos, estabelece que o Irã nunca terá uma arma nuclear e prevê também a criação de um fundo de US$ 300 bilhões para a “reconstrução e o desenvolvimento econômico” do país, embora os EUA não sejam obrigados a contribuir financeiramente. O documento também estabelece o fim imediato de todas as operações militares, incluindo no Líbano; afirma que os EUA e Irã respeitarão a soberania e integridade territorial um do outro, bem como não interferência de assuntos internos; prevê a negociação de um acordo definitivo em até 60 dias; estabelece o fim do bloqueio estadunidense aos portos iranianos em até 30 dias, bem como retirada das sanções, mas sem prazo estabelecido; prevê a retomada imediata do tráfego no Estreito de Ormuz e a negociação, a longo prazo, sobre a gestão da passagem; também estabelece a disponibilização dos ativos iranianos congelados; por fim, trata de questões de monitoramento e negociações finais que ainda serão realizadas com vistas a um acordo final endossado por uma resolução vinculada ao Conselho de Segurança da ONU (BBC, 2026).

No entanto, apesar do entusiasmo de Trump, o memorando já se monstra frágil. Dias após sua assinatura, as Forças Armadas iranianas afirmaram que vão fechar novamente o Estreito devido à “violação flagrante da promessa feita pelos EUA”. Isso, pois menos de 24 horas após o anúncio de cessar-fogo em todas as frentes, foram feitos ataques israelenses ao sul do Líbano em que 20 pessoas morreram (BBC, 2026). Ao que parece, a tentativa de evitar uma crise econômica global disfarça a incapacidade de Trump em negociar com Israel pelo fim da sua operação militar contra o Hezbollah. Além da reabertura do estreito atender aos interesses europeus, devido à desestabilização provocada em suas economias, o objetivo de resolver a guerra no Oriente Médio parte de um interesse de abrir espaço na agenda de Trump para a renovação do engajamento estadunidense em apoiar a Ucrânia e fazer pressão sobre a Rússia, um conflito existencial para a Europa (LE MONDE, 2026).

O segundo bloco reúne os desafios estruturais que pautaram a presidência francesa. Um breve resumo segue abaixo:

- Desequilíbrios macroeconômicos: Os líderes reconhecem que é do interesse de todos cooperar e coordenar políticas econômicas para enfrentar esses desequilíbrios da forma mais eficaz possível, garantindo ao mesmo tempo concorrência justa, proteção de indústrias e empregos, e evitando futuras guerras comerciais e crises financeiras. Destacaram o papel central do FMI no monitoramento desses desequilíbrios e na orientação de ações. No entanto, nenhuma proposta específica foi feita para tentar convencer a China a ajudar a enfrentar esses desequilíbrios. Tampouco os países do G7 apresentaram suas próprias propostas de política doméstica para ajudar a enfrentar o problema, uma questão particularmente sensível para os EUA, dado seu crescente déficit fiscal. Houve apenas uma declaração genérica de que "os países com déficits externos grandes e persistentes deveriam adotar políticas que incluam o apoio à poupança doméstica e à consolidação fiscal" (CHATHAM HOUSE, 2026). Afirmaram que as discussões continuarão no G20.

- Digital e IA: Os líderes enfatizaram a proteção aos jovens, por exemplo, adaptando a linguagem dos chatbots de IA quando interagem com crianças. Os membros do G7 afirmaram que estão trabalhando em conjunto com empresas líderes para acelerar a implantação segura e benéfica da IA para a sociedade. No entanto, os pedidos foram essencialmente em tom voluntário por parte dos líderes à indústria. Ainda, a urgência em se discutir políticas públicas de proteção ao desenvolvimento da IA em geral e o desejo de muitos países de estabelecer soberania sobre a forma como os produtos digitais desenvolvidos pelos EUA e China são utilizados em suas jurisdições não foram abordados (CHATHAM HOUSE, 2026).

- Minerais críticos: Os líderes concordam sobre a importância de trabalhar juntos para reduzir dependências. A declaração do G7 estabeleceu metas de alto nível sobre cooperação industrial, estrutura de mercado, transparência, estocagem e reciclagem. Também anunciou uma Aliança do G7 para Resiliência e Produção de Minerais, de caráter não vinculante.

- Câncer: Promover uma abordagem coordenada e o compartilhamento de informações sobre cânceres de mau prognóstico, cânceres pediátricos e acesso universal à saúde esteve no centro da mesa.

- Ebola: Em resposta ao que poderia se tornar uma grande crise de saúde, o G7 envia uma mensagem de apoio e compromete mais de um bilhão de dólares em financiamento, em consonância com os esforços da ONU.

- Combate ao tráfico de drogas: os líderes concordaram em enfrentar o tema por meio do fortalecimento da cooperação entre portos marítimos internacionais.

- Parcerias internacionais: reafirmaram a necessidade de solidariedade internacional, particularmente para o desenvolvimento humano e a proteção dos mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que se desenvolvem instrumentos para mobilizar financiamento privado.

- Combate ao tráfico de migrantes: Os líderes renovaram seu compromisso de prevenir, combater e desmantelar redes criminosas organizadas que lucram com o tráfico de migrantes, o tráfico de pessoas e crimes relacionados.

Especialmente na área da saúde, podemos considerar um avanço em relação à presidência anterior canadense. Isso, pois para esse ano temos dois documentos sobre o tema, sendo eles a Chamada dos Líderes para o Combate ao Câncer e uma Chamada dos Líderes sobre a resposta ao surto de Ebola. Importante notar que ambos não carregam o título de "declaração".

O documento sobre o combate ao câncer, apoiado também pelo Brasil, Egito, Índia, Quênia e Coreia do Sul, parte de um diagnóstico alarmante: o câncer mata cerca de dez milhões de pessoas por ano no mundo, e a projeção é de aumento de 80% nos novos casos até 2050, em razão do envelhecimento populacional e de sua interação com fatores de risco ambientais e comportamentais. O texto reconhece que os avanços científicos recentes tornaram a eliminação do câncer de colo de útero uma meta alcançável e organiza o compromisso do G7 em três eixos: ampliação do acesso internacional a dados sobre cânceres pediátricos, em adolescentes e em adultos jovens, respeitando regras nacionais de privacidade e proteção de dados; intensificação da pesquisa e fomento de programas sobre cânceres de mau prognóstico, com objetivo de estabelecer metas de rastreamento e diagnóstico em estágio inicial e redução significativa da mortalidade por câncer de pulmão na próxima década; e fortalecimento do acesso a cuidados oncológicos de qualidade, por meio de centros de excelência e do uso responsável de inteligência artificial e tecnologias digitais no diagnóstico e nos cuidados paliativos (ÉLYSÉE, 2026).

Trata-se de um documento de natureza programática, sem metas de financiamento quantificadas nem mecanismo de cobrança definido, os líderes apenas se comprometem a "permanecer engajados e revisar o progresso" dos compromissos assumidos. Ainda assim, o documento é significativo por formalizar a cooperação científica internacional em uma área historicamente fragmentada entre iniciativas nacionais, e por incorporar formalmente o Brasil e os demais países parceiros à arquitetura de governança em saúde do G7, ampliando o alcance político do tema além do grupo das sete economias mais industrializadas.

Além disso, ainda no âmbito da saúde, o G7 dedicou um documento ao recrudescimento do Ebola na República Democrática do Congo e em Uganda, surto concentrado em área isolada e afetada por conflitos, contra uma cepa viral rara para a qual vacinas, diagnósticos e tratamentos existentes não são plenamente eficazes. O texto, apoiado também por Egito, Índia, Quênia e Coreia do Sul, mas sem a adesão do Brasil, é majoritariamente financeiro: contabiliza os mais de 370 milhões de dólares já mobilizados pelos Estados Unidos (com compromisso de até 500 milhões adicionais), os 493 milhões de euros da União Europeia e os 518 milhões de dólares do Plano Continental de Preparação e Resposta africano, além de convocar países fora do G7 a contribuir (ÉLYSÉE, 2026). O documento menciona a Copa do Mundo de 2026, sediada por Estados Unidos, Canadá e México, e a preocupação declarada com a segurança de viajantes durante o torneio expõe uma lógica de contenção orientada tanto pela proteção sanitária quanto pela manutenção do fluxo normal de pessoas e negócios entre os países do Norte Global.

Politicamente, o texto reconhece que a resposta sanitária é dificultada pelo conflito armado no leste da RDC e pede a implementação plena dos Acordos de Washington para a Paz e a Prosperidade e do Marco de Doha, vinculando a crise de saúde pública à instabilidade política regional. A chamada também anuncia que os Estados Unidos convocarão uma reunião de chanceleres do G20 sobre o tema, um padrão que será repetido na declaração de parcerias internacionais: temas que exigem ação coletiva mais ampla são formalmente reconhecidos pelo G7, mas seu encaminhamento efetivo é deslocado para o G20.

A Declaração de Líderes sobre Parcerias Internacionais Mutuamente Benéficas, apoiada pelos países parceiros Quênia e Coreia do Sul, propõe mais uma reforma da arquitetura tradicional de financiamento ao desenvolvimento do que sua ampliação. O texto reconhece que as políticas de ajuda convencionais tiveram, por vezes, impacto limitado em reduzir a dependência financeira externa e fortalecer a apropriação dos países parceiros sobre suas próprias agendas, e que a arquitetura de desenvolvimento se tornou "excessivamente complexa", resultando em uso subótimo de recursos. A resposta proposta combina a manutenção da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento como instrumento "estratégico", embora insuficiente, por si só, para as necessidades globais, com uma aposta mais decidida em capital privado, financiamento misto (*blended finance*) e instrumentos de redução de risco cambial, sobretudo por meio dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e de iniciativas como a Parceria do G7 para Infraestrutura e Investimento Global (PGII) (ÉLYSÉE, 2026). Vale notar, contudo, que o Brasil não figura entre os signatários formais desta declaração específica, diferentemente da que trata do combate ao câncer.

A Declaração de Parcerias remete repetidamente ao G20 como instância de continuidade para os temas mais sensíveis à governança da dívida e do investimento, o que demonstra a limitação do G7 em tratá-los isoladamente. Sobre dívida, o texto pede "maior progresso no G20" rumo a uma abordagem comum de reestruturação para países de renda média não cobertos pelo Marco Comum do G20, defende o fortalecimento da implementação do Marco Comum e convoca "todos os credores do G20" a participar do Exercício de Compartilhamento de Dados do Banco Mundial. Sobre infraestrutura e investimento, a declaração ancora-se nos Princípios do G20 para Investimentos em Infraestrutura de Qualidade e *no G20 Compact with Africa*.

Em resposta, a Oxfam criticou o resultado e classificou o corte coletivo na ajuda internacional promovido pelo G7 como "o maior de sua história", atribuindo a isso o agravamento do surto de Ebola, cuja resposta, segundo a ONG, está sendo financiada com recursos que apenas substituem cortes feitos no ano anterior pelos próprios doadores, e não com investimento novo e adicional. Para a Oxfam, a Declaração de Parcerias Internacionais perpetua o problema ao redirecionar ajuda historicamente destinada a serviços públicos como escolas, hospitais, saneamento para instrumentos de incentivo a investidores privados, ao mesmo tempo em que o G7 evita dois movimentos que considerariam mais eficazes: destinar 0,7% da renda nacional bruta à ajuda ao desenvolvimento, e o enfrentamento coordenado da evasão fiscal de corporações e super-ricos. Seu movimento foi ao contrário, abandonado o acordo global sobre tributação mínima corporativa (OXFAM, 2026). A nota também conecta a crise da dívida do Sul Global ao conflito EUA-Irã, defendendo a suspensão imediata dos pagamentos de dívida soberana para países que assim o solicitem, e resume o saldo da cúpula nesse campo como "os mesmos chavões do ano passado", uma leitura que contrasta com o tom de "convergência" e reforma proposto pela presidência francesa, e que serve de contraponto crítico, pela sociedade civil internacional, ao otimismo institucional dos documentos oficiais do G7.

O G7 reconhece que a governança efetiva da dívida soberana e do financiamento à infraestrutura já não comporta solução restrita ao grupo das sete economias, deslocando o centro decisório para um fórum no qual o Brasil tem assento pleno, e não a condição de país convidado, como em Évian. Dada a relevância do discurso para a posição brasileira no G7, transcreve-se a seguir o texto lido pelo presidente Lula na reunião ampliada (BRASIL, 2026):

Agradeço ao presidente Macron pelo convite para participar deste segmento ampliado em Évian. Ainda em 2003, uma das minhas primeiras tarefas como presidente do Brasil foi participar da Cúpula do então-G8 nesta bela cidade. Desde aquele ano estive em outras nove cúpulas do G8 ou G7.

Em todas elas nos defrontamos com crises e desafios que afetam milhões de pessoas ao redor do mundo. Mas em nenhuma conseguimos construir respostas coletivas e duradouras. Ficamos aprisionados em dogmas que defendem desregulamentação de mercados, Estado mínimo e austeridade fiscal como fins em si mesmos. O neoliberalismo agravou a desigualdade econômica e a crise política que hoje assolam as democracias. Agora, o protecionismo e o unilateralismo ressurgem como respostas falaciosas para a complexidade dos nossos problemas.

A distância que separa a prosperidade de Évian da realidade enfrentada por bilhões de pessoas no Sul Global não está diminuindo. Nos últimos anos, a desigualdade entre países ricos e pobres tem aumentado. O primeiro trilionário do mundo é mais rico do que os 46% mais pobres da população mundial. A extrema concentração de riqueza decorre de décadas de políticas pró-bilionários.

Caminhamos na contramão da Agenda 2030. Faltam 4 trilhões de dólares por ano para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A COP-30 voltou a evidenciar a distância entre os compromissos assumidos pelos países desenvolvidos e os recursos efetivamente mobilizados para cumpri-los. Para acelerar a implementação do Acordo de Paris, é preciso ampliar o financiamento climático para, pelo menos, um trilhão e trezentos bilhões de dólares.

Os desafios se multiplicam, mas a solidariedade internacional encolhe. No ano passado, registramos queda histórica de 23% na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. O Programa Mundial de Alimentos perdeu cerca de 40% de seu financiamento. A Organização Mundial da Saúde e o UNICEF reduziram seus orçamentos em mais de 20%. Não são cifras abstratas. Elas impactam diretamente o cotidiano dos habitantes de países em desenvolvimento. São milhões de pessoas sem acesso à alimentação adequada; crianças sem frequentar a escola; mulheres privadas de proteção; e comunidades vulneráveis diante de doenças que podem ser prevenidas.

Guerras e conflitos também continuam desviando o foco da agenda do desenvolvimento. Os gastos militares anuais somam quase 3 trilhões de dólares. Nossa tarefa é corrigir as desigualdades de um sistema que produz riqueza em abundância, mas que distribui oportunidades de forma profundamente assimétrica.

O mundo em desenvolvimento transfere 1,4 trilhão de dólares por ano em serviço da dívida, valor sete vezes superior à ajuda recebida dos países ricos. A Conferência de Sevilha sobre Financiamento para o Desenvolvimento apontou para a direção correta. Embora a contribuição do setor privado seja bem-vinda, a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento segue sendo responsabilidade primordial dos estados. Precisamos de um sistema financeiro no qual os países não sejam obrigados a escolher entre pagar credores e alimentar suas crianças.

Está claro que o desafio não é administrar a escassez. O déficit que enfrentamos é de implementação e de vontade política. Não faltam boas ideias. Mecanismos inovadores

como a troca de dívida por ação climática ou investimentos sociais podem contribuir para ampliar o espaço fiscal dos países mais vulneráveis.

O Brasil tem dado a sua contribuição. O Fundo Florestas Tropicais para Sempre vai canalizar investimentos para a conservação desse bioma e de seus habitantes. A Aliança Global contra a Fome possibilita compartilhar experiências e auxiliar a implementação de políticas públicas eficazes na redução das desigualdades. O estabelecimento do Painel Internacional sobre Desigualdade, proposto pela presidência sul-africana do G20, apoiará com dados e evidências a formulação de respostas coordenadas a esse desafio.

Outros temas, como o combate aos crimes transnacionais, também devem fazer parte da agenda de desenvolvimento. Um deles, é o desafio do crime organizado, que aterroriza comunidades e desvia recursos públicos que deveriam ser direcionados para a construção de escolas, hospitais e estradas. Esse esforço deve levar em conta do respeito à soberania dos Estados. A Declaração de Líderes do G7 sobre o Combate ao Tráfico de Drogas é um passo positivo. Mas o enfrentamento ao narcotráfico não pode ser dissociado de outros ilícitos como a lavagem de dinheiro e o tráfico de armas. Valorizar o diálogo e a cooperação institucional, inclusive por meio da INTERPOL, contribuirá para a localização de ativos e indivíduos vinculados a essas atividades criminosas.

Outro desafio que não pode permanecer excluído do debate sobre parcerias para o desenvolvimento é o acesso a tecnologias de ponta, como a Inteligência Artificial. As transições energética e digital não podem reproduzir padrões históricos que concentram benefícios econômicos em poucos atores. Os países detentores de minerais críticos devem participar das etapas de maior valor agregado da cadeia, por meio da industrialização, da transferência de tecnologia e da formação de capacidades, conforme suas necessidades nacionais.

Muito obrigado. (discurso do presidente Lula na reunião ampliada do G7, 2026)

Além da participação nas sessões plenárias, a presença de Lula em Évian se desdobrou em uma série de encontros bilaterais. Com o ucraniano Volodymyr Zelensky, reuniu-se a portas fechadas no último dia da cúpula e descreveu o encontro como o melhor já tido com o ucraniano, dizendo tê-lo sentido, "pela primeira vez", disposto a buscar uma solução para o conflito. Na ocasião, Lula se comprometeu a contatar os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU para pressioná-los a assumir a condução do problema. Com Ursula von der Leyen e António Costa, o encontro tratou do veto europeu às carnes, tripas, peixe e mel brasileiros, em vigor a partir de 3 de setembro: a restrição não foi suspensa, mas as partes estabeleceram um acompanhamento político mais próximo das negociações fitossanitárias e siderúrgicas, até então restritas ao nível técnico. Já com a primeira-ministra japonesa Sanae Takaichi, a reunião produziu o resultado mais concreto da cúpula para o Brasil: o anúncio do lançamento formal das negociações de um acordo de parceria econômica entre Mercosul e Japão, a ser inaugurado na 68ª Cúpula do bloco, em Assunção, ainda em junho, movimento que reflete a busca japonesa por diversificação comercial diante das tarifas de Trump e das restrições chinesas a terras raras (BBC, 2026).

A situação mais comentada da participação brasileira em Évian foi de uma possível nova conversa entre Lula e Trump diante da aplicação de novas tarifas e a classificação de facções criminosas brasileiras como terroristas. Após o término do fórum, durante coletivas de imprensa separadas, trocaram farpas, com Trump dizendo que o Brasil se tornou "um pouco perigoso

politicamente", diante da condenação do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro, e Lula respondendo que é direito de Trump gostar de Bolsonaro, mas que ele não pode interferir nas eleições no Brasil (BBC, 2026).

O Brasil ainda encerrou sua participação no fórum endossando apenas três das oito declarações, ou chamadas, publicados pelos países membros do G7: combate ao câncer, garantia de um espaço digital seguro para crianças e adolescentes e luta contra o tráfico de drogas.

Por fim, a França alcançou, de forma razoável, o que havia de expectativas para a cúpula, que não eram grandiosas. Conforme esperado, demonstrou a fragilidade do grupo das sete economias que, apesar de economicamente e tecnologicamente capazes de serem mais influentes, seus membros não compartilham valores fundamentais, não confiam uns nos outros suficientemente e possuem áreas de discussão intocáveis, como se pisassem em ovos. Era esperado que optaria por priorizar o diálogo com Trump e evitar qualquer risco de afastar o presidente estadunidense. Os maiores desafios estão postos ao G20, que será sediado pelo Reino Unido em 2027 e conta com a participação da China e a Rússia.

Referências

BBC NEWS BRASIL. O que você precisa saber sobre o acordo de 14 pontos entre EUA e Irã para tentar acabar com a guerra. BBC News Brasil, 17 junho 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy4983dmez9o>. Acesso em: 21 jun. 2026.

BBC NEWS BRASIL. Irã acusa EUA e Israel de violar novo acordo de cessar-fogo e anuncia fechamento do estreito de Ormuz. BBC News Brasil, 20 junho 2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czxqwn510wvo>. Acesso em: 21 jun. 2026.

BBC NEWS BRASIL. Entre farpas e diplomacia: o saldo de Lula no G7 com Trump, UE e Ucrânia. BBC News Brasil, 18 junho 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3eyvkl4l93o. Acesso em: 21 jun. 2026.

BRASIL. Discurso do presidente Lula na reunião ampliada do G7 sobre o tema "Firmar novas parcerias e reconstruir a solidariedade internacional". Palácio do Planalto, Évian, 16 jun. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2026/06/discurso-do-presidente-lula-na-reuniao-ampliada-do-g7-sobre-o-tema-201cfirmar-novas-parcerias-e-reconstruir-a-solidariedade-internacional201d. Acesso em: 21 jun. 2026.

CHATHAM HOUSE. Macron's Evian summit shows the limits Trump places on the G7. Chatham House, 18 jun. 2026. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/2026/06/macrons-evian-summit-shows-limits-trump-places-g7. Acesso em: 21 jun. 2026.

ÉLYSÉE. Leaders' declaration on mutually beneficial international partnerships. G7 Évian 2026, 16 jun. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/06/16/leaders-declaration-on-mutually-beneficial-international-partnerships. Acesso em: 21 jun. 2026.

ÉLYSÉE. The outcomes of the Évian G7 Summit. G7 Évian 2026, 17 jun. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/06/17/the-outcomes-of-the-evian-g7-summit. Acesso em: 21 jun. 2026.

ÉLYSÉE. Leaders' call on the fight against cancer. G7 Évian 2026, 16 jun. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/06/16/leaders-call-on-the-fight-against-cancer. Acesso em: 21 jun. 2026.

ÉLYSÉE. Leaders' call for a coordinated response to the Bundibugyo Ebola outbreak. G7 Évian 2026, 16 jun. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/06/16/leaders-call-for-a-coordinated-response-to-the-bundibugyo-ebola-outbreak. Acesso em: 21 jun. 2026.

LE MONDE. Trump, buoyed by his deal with Iran, shows renewed interest in Ukraine at G7 summit. Le Monde, Évian, 17 jun. 2026. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2026/06/17/trump-buoyed-by-his-deal-with-iran-shows-renewed-interest-in-ukraine-at-g7-summit_6754581_4.html. Acesso em: 21 jun. 2026.

OXFAM INTERNATIONAL. Oxfam reaction to G7 leaders' declarations on Bundibugyo Ebola and mutually beneficial international partnerships. Oxfam in Africa, 16 jun. 2026. Disponível em: https://africa.oxfam.org/latest/press-release/oxfam-reaction-g7-leaders-declarations-bundibugyo-ebola-and-mutually. Acesso em: 21 jun. 2026.

Riscos hídricos, governo digital e impactos da segurança e crime na macroeconomia: a quinzena da OCDE

Riesgos hídricos, administración digital e impacto de la seguridad y la delincuencia en la macroeconomía: la quincena de la OCDE

Water Risks, Digital Government, and the Impact of Security and Crime on the Macroeconomy: The OECD Fortnight

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre variadas publicações lançadas no período que retomam suas atenções a temas como riscos hídricos para a agricultura, governo digital e impactos econômicos e políticos de segurança e crimes, além da atualização sobre o PIB trimestral do G20.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; geopolítica; OCDE; cooperação internacional.

Resumen: *Entre las publicaciones más destacadas de la OCDE se encuentran diversas obras publicadas durante este periodo que vuelven a centrar su atención en temas como los riesgos hídricos para la agricultura, la administración digital y las repercusiones económicas y políticas de la seguridad y la delincuencia, además de la actualización sobre el PIB trimestral del G20.*

Palabras clave*: G20; EE. UU.; G7; geopolítica; OCDE; cooperación internacional.*

Abstract: *The OECD's highlights include a variety of publications released during this period that focus on topics such as water-related risks to agriculture, digital government, and the economic and political impacts of security and crime, as well as an update on the G20's quarterly GDP.*

Keywords: *G20; USA; G7; geopolitics; OECD; international cooperation.*

Ao longo do sexto mês de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) permaneceu a continuamente acrescentar diversos títulos, recursos e documentos próprios em seu rico acervo e biblioteca virtual no decorrer da quinzena, sendo,

dentre tal fluxo de recentes adições, sete interessantes pesquisas de assuntos variados que serão brevemente identificadas e apresentadas a seguir.

Intitulado *"Anticipating and monitoring water risks for agriculture"*, o primeiro documento a ser aqui salientado se preocupa em analisar os riscos hídricos para a agricultura e descreve uma tipologia de ferramentas para apoiar autoridades públicas na antecipação, monitorização e avaliação de tais riscos. A agricultura enfrenta múltiplos riscos hídricos, incluindo escassez, excesso e má qualidade da água, além de ameaças sistêmicas decorrentes da degradação dos sistemas de água doce e da instabilidade do ciclo da água. Desse modo, o monitoramento e a antecipação desses riscos são cruciais não só para a sustentabilidade da produção agrícola, mas também para a proteção dos próprios recursos hídricos. Dada a diversidade de riscos e contextos de tomada de decisão, o documento clama a atenção do setor para a necessidade de um conjunto de ferramentas e mecanismos adaptadas a diferentes riscos e escalas temporais e espaciais, com a relevância de ferramentas específicas dependendo das decisões tomadas, desenvolvimento tecnológico e contexto. O artigo ainda adverte que as autoridades públicas têm um papel central na promoção de um ambiente de dados robusto, adotando simultaneamente uma perspectiva holística e de longo prazo para construir uma resiliência sistêmica.

Na esteira de tal discussão, o fórum internacional também publicou o relatório *"OECD Review on Aligning Finance with Climate Goals 2026: Different Policy Playbooks, Untapped Investment Opportunities"*, que busca fornecer aos decisores políticos, investidores e interessados um acompanhamento analítico da evolução e do desenvolvimento do conjunto de políticas do setor financeiro relacionadas com o clima, o grau de alinhamento dos fluxos financeiros com assuntos climáticos e um panorama das métricas climáticas utilizadas no setor financeiro. O estudo indica que desde os anos 2000, formuladores de políticas têm continuamente expandido e adotado políticas de financiamento relacionadas ao clima, com momentos de expansão, pausa ou outros desenvolvimentos – inclusive, entre os anos de 2023 e 2025, notou-se um crescimento de 25% no número de políticas. Ademais, cada país possui suas particularidades e questões geográficas, o que influencia a adoção de diferentes mecanismos e modalidades de políticas. Desse modo, o documento recomenda que formuladores de políticas expandem suas combinações e leques de políticas para o setor financeiro relacionados ao clima baseadas também na observação e aprendizagem entre pares em diferentes jurisdições; o desenvolvimento de estruturas de dados coordenadas, auxiliando na identificação de lacunas nas políticas e oportunidades de investimentos; e o fortalecimento na avaliação dos efeitos das políticas.

Outro interessante destaque lançado no período é o inédito relatório *"Digital Government Outlook 2026: From Foundations to Transformational Impact"*, que apresenta uma avaliação abrangente e prospectiva no assunto governo digital em 36 países membros da OCDE e 8 países candidatos à adesão ao grupo. Baseando-se nos resultados da pesquisa *Digital Government Index* 2025 e nos dados do *Open, Useful, and Re-usable Data Index*, o relatório avalia tanto o progresso quanto as lacunas persistentes em áreas-chave da transformação digital do governo, identificando o que os governos poderiam fazer para passar da ambição digital ao desempenho do setor público em um ambiente de rápidas mudanças tecnológicas, restrições fiscais e baixa confiança pública.

Observou-se que, desde o balanço feito em 2023 pela organização, os governos alcançaram progressos significativos na construção das bases do governo digital, incluindo infraestrutura compartilhada, sistemas interoperáveis e estruturas de dados abertos. O grande

desafio identificado no momento, para a OCDE, é ir além dessas bases para gerar um impacto transformador para as pessoas e as empresas, o que inclui preencher lacunas importantes em diversas áreas, como capacidades institucionais, mecanismos de governança e habilidades da força de trabalho. Para isso, o relatório lança luz aos governos e decisores políticos para quatro áreas classificadas como prioritárias para a próxima fase do governo digital:

(i) Ampliação do uso de infraestrutura pública digital e dados em todo o governo, tornando a infraestrutura digital compartilhada (como sistemas de compartilhamento de dados, identidade digital e plataformas comuns) parte integrante do funcionamento diário dos governos. Ademais, tal infraestrutura deve ser respaldada por regras claras, financiamento sustentável, governança de dados robusta e abordagens de design centradas no usuário, que priorizem as necessidades e o controle das pessoas e assim fomentando a confiança necessária para sua adoção e uso em larga escala;

(ii) Fortalecimento das capacidades digitais para uma IA confiável e escalável no setor público, com os governos indo além de estratégias e projetos-piloto de IA e gerando condições práticas para um uso seguro e em larga escala, incluindo responsabilização clara, dados confiáveis, processos transparentes, apoio mais inteligente às compras públicas e avaliação sistemática dos resultados práticos da IA, especialmente à medida que os governos exploram o uso da IA autônoma;

(iii) Fomento de desenhos de serviços públicos em torno da vida das pessoas, não de estruturas institucionais, com os governos facilitando o uso de serviços públicos, estabelecendo padrões claros que se apliquem a todos, monitorando onde as pessoas encontram dificuldades, envolvendo aqueles com maior dificuldade de acesso na concepção dos serviços, integrando serviços para que as pessoas não precisem navegar entre diferentes órgãos e usando dados e IA para oferecer ajuda antes mesmo que as pessoas a solicitem; e

(iv) A garantia que a governança, o investimento e as competências se adequem à natureza iterativa das tecnologias digitais, com os governos adotando modelos de governança orientados para a entrega, que lhes permitam financiar por etapas, aprender ao longo do processo, fortalecer a supervisão e a avaliação para verificar se os investimentos estão produzindo os resultados pretendidos, tomar decisões mais inteligentes sobre a construção ou aquisição de tecnologia e investir nas equipes e competências digitais necessárias para transformar as bases digitais em desempenho operacional sustentável.

É proveitoso ainda ressaltar que, complementar ao documento principal do estudo, a organização também disponibilizou adendos individuais dedicados para cada país examinado, proporcionando resumos específicos baseados nos resultados e análises do estudo. Dentre eles, o Brasil foi um dos países analisados e que possuem sua respectiva nota própria, com o documento virtual *"Digital Government Outlook 2026: Brazil"* descrevendo seus principais desenvolvimentos políticos observados durante o período de avaliação e subsidiando o diálogo político e apoiando o país na implementação de uma abordagem governamental abrangente para a transformação digital no setor público.

Em paralelo, no artigo *"Implications of increased defence spending for subnational governments"* o foco principal recai nos impactos para os governos subnacionais decorrentes do aumento contínuo dos gastos com defesa, tanto por meio de efeitos de repercussão na

economia local quanto por canais de finanças públicas. Diante disso, os autores do artigo buscam analisar os dados sobre os multiplicadores dos gastos com defesa em nível nacional e local, constatando que os efeitos costumam ser positivos, porém variam de acordo com a composição dos gastos, o ciclo econômico e a estrutura econômica local. Também é analisado como maiores despesas com defesa por parte dos governos nacionais (sejam elas financiadas por meio de aumentos na arrecadação ou cortes em outras despesas, ou ainda por endividamento) podem afetar os governos subnacionais de modos diferentes. Esses efeitos dependem de várias características do sistema de relações fiscais intergovernamentais, tais como a alocação de receitas e despesas e a estrutura das transferências intergovernamentais. O artigo conclui que uma coordenação intergovernamental mais forte e políticas voltadas para as localidades são essenciais para maximizar os benefícios, mitigar os efeitos colaterais adversos e apoiar as regiões expostas a efeitos negativos.

Já o artigo *"The macroeconomic impact of crime: A stocktaking of evidence-based approaches"* explora os custos econômicos e fiscais e as consequências macroeconômicas do crime, apresentando uma revisão analítica, orientada por políticas públicas, de estratégias de redução de criminalidade baseadas em evidências em países da OCDE e da América Latina. Seus autores inicialmente discutem os principais canais pelos quais o crime afeta os resultados econômicos e analisa as tendências recentes em homicídios, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e crimes cibernéticos. Posteriormente, o artigo desenvolve uma estrutura política organizada em torno de três pilares complementares: controle, prevenção e reabilitação e reintegração. Baseando-se em informações dos escritórios de países da OCDE e em revisão de avaliações de impacto, são avaliadas quais intervenções se mostraram mais eficazes na redução da criminalidade e da reincidência. A análise do estudo ainda destaca a importância de abordagens integradas que combinem a aplicação da lei direcionada com políticas de prevenção e reabilitação social, ressaltando também a crescente relevância do cibercrime e da resiliência digital para o desempenho macroeconômico e as políticas públicas.

Em consonância, no relatório *"Protecting Consumers from Financial Scams and Frauds"* a organização busca compreender os fatores que impulsionam os golpes e fraudes financeiras e identifica abordagens eficazes para preveni-los e detectá-los, analisando as perspectivas de formuladores de políticas financeiras, reguladores e supervisores em todo o mundo. O documento ainda indica uma tipologia de diferentes golpes e fraudes financeiras direcionados aos consumidores a fim de auxiliar as autoridades públicas a classificar e otimizar o uso dos dados relatados.

Por fim, a organização intergovernamental também divulgou no período um de seus usuais mapeamentos de dados econômicos e análises estatísticas periódicas relativas à economia mundial, o relatório sobre o primeiro trimestre de 2026 do produto interno bruto (PIB) do G20. Segundo as estimativas provisórias da pesquisa, o crescimento do PIB na área do G20 permaneceu inalterado em 0,7%, refletindo um cenário misto entre os países do grupo dos quais havia dados disponíveis. Em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o PIB do G20 foi 3,2% maior no primeiro trimestre deste ano. Entre as economias do G20 com dados disponíveis, a Índia registrou a maior taxa de crescimento anual, de 8,0%, enquanto o Canadá registrou a menor, de -0,1%.

Referências

OECD. Anticipating and monitoring water risks for agriculture. OECD Food, Agriculture and Fisheries Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 19];226. Available from: https://doi.org/10.1787/24939e6a-en.

OECD. OECD Review on Aligning Finance with Climate Goals 2026: Different Policy Playbooks, Untapped Investment Opportunities. Green Finance and Investment [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 19]. Available from: https://doi.org/10.1787/79415c38-en.

OECD. Digital Government Outlook 2026: From Foundations to Transformational Impact. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 19]. Available from: https://doi.org/10.1787/0496b2bc-en.

OECD. Digital Government Outlook 2026: Brazil. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 19]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2026/06/digital-government-outlook-2026-country-notes_296a844f/brazil_9b593d27/019a138e-en.pdf.

de Melo L, Ter-Minassian T. Implications of increased defence spending for subnational governments. OECD Working Papers on Fiscal Federalism [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 19];52. Available from: https://doi.org/10.1787/ee995d88-en.

Sánchez AC, Pandiella AG. The macroeconomic impact of crime: A stocktaking of evidence-based approaches. OECD Economics Department Working Papers[Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 19];1866. Available from: https://doi.org/10.1787/4033977d-en.

OECD. Protecting Consumers from Financial Scams and Frauds. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jun 19]. Available from: https://doi.org/10.1787/d41817bb-en.

OECD. G20 GDP growth stable at 0.7% in the first quarter of 2026. OECD [Internet]. 2026 Jun 15 [cited 2026 Jun 19]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2026/06/g20-gdp-growth-first-quarter-2026.html.